



**O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO: reflexões sobre escola,
política educacional e pobreza**

**THE SPECIALIZATION COURSE IN EDUCATION, POVERTY AND SOCIAL
INEQUALITY AS A TRAINING SPACE: reflections on school, educational policy and
poverty**

**Dalsiza Cláudia Macedo Coutinho
Universidade Federal Do Tocantins(UFT)**

Resumo:

O presente trabalho traz relato de experiência sobre o Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, realizado na Universidade Federal do Tocantins (UFT). O curso objetivou um espaço de formação para profissionais da área de educação e política social e se efetivou como um importante espaço de formação, na discussão de temas relacionados a práticas educativas, pobreza, desigualdade social e direitos humanos.

Palavras-chave: Pobreza. Desigualdade social. Educação.

Abstract:

This paper presents an experience report about the Specialization Course on Education, Poverty and Social Inequality, held at the Federal University of Tocantins (UFT). The course aimed at a training space for professionals in the area of education and social policy and became an important space for training in the discussion of issues related to educational practices, poverty, social inequality and human rights.

Keywords: Poverty. Social inequality. Education.

1 INTRODUÇÃO

Trazemos nesse trabalho, o processo de formação na Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), no qual buscamos apresentar reflexões realizadas ao longo do curso e estudar o caminho percorrido, durante a especialização, como espaço para formação de profissionais, que atuam junto a crianças e adolescentes em contextos de desigualdade social. Nesse cenário, coloca-se aos profissionais uma compreensão social, histórica e crítica acerca desse contexto.

A EPDS foi ofertada pela Universidade Federal do Tocantins, em parceria com o Ministério da Educação, com início no ano de 2016 e término em 2017, com duração de 18

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



meses e carga horário de 360 horas. Curso na modalidade EaD, realizado na plataforma virtual AVA/moodle, com 6 encontros presenciais.

O curso ofertou 400 vagas, divididas em 4 polos da Universidade Federal do Tocantins: Miracema, Tocantinópolis, Arraias e Palmas. Tendo como público-alvo os profissionais da educação básica, operadores do Programa Bolsa Família, e profissionais de outras áreas das políticas sociais, os quais tivessem experiências profissionais com crianças e jovens em situação de pobreza ou extrema pobreza.

A Especialização imprimiu como objetivo geral: formar, em nível de especialização, na temática, profissionais da educação básica e outros envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação em contextos empobrecidos (UFT, 2016). E como objetivos específicos:

a) Possibilitar a apropriação de conhecimentos científicos a respeito da pobreza e das desigualdades sociais em suas relações com questões étnicas, raciais, de gênero e de espaço;

b) Analisar a constituição dos direitos civis, políticos e sociais, caracterizados de modo amplo como “direitos humanos”;

c) Relacionar os conhecimentos sobre pobreza, desigualdades sociais e direitos humanos com as políticas educacionais e outras políticas sociais voltadas para a alteração do quadro de pobreza e pobreza extrema no Brasil;

d) Analisar o papel social da escola, seu currículo, suas práticas e as implicações em relação à manutenção ou à transformação da condição de pobreza de crianças, adolescentes e jovens;

e) Sensibilizar os(as) profissionais da educação básica e outros(as) envolvidos(as) com políticas sociais que estabelecem relações com a educação para a necessidade de romper com práticas escolares que reforçam a condição de pobreza e reproduzem as desigualdades sociais;

f) Promover o reconhecimento das realidades locais no que se refere às condições de pobreza e pobreza extrema e sua relação com a educação;

g) Produzir, a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso e de pesquisas, conhecimento a respeito da relação entre educação, pobreza e desigualdade social;

h) Fomentar iniciativas voltadas para a alteração das condições de pobreza e pobreza extrema, especialmente a criação e o fortalecimento de redes com tal objetivo e;

i) Propor e desenvolver um projeto de pesquisa sobre a temática Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFT, 2016).

A EPDS foi estruturada a partir de cinco módulos de curso – Módulo introdutório e

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFPI – Teresina – Piauí



módulos I, II, III e IV – e finalizou com a construção de um artigo como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE). O curso contou com professores de polo, tutores presenciais e online, e professores formadores de TCCE.

Mediante os objetivos e a estruturação do Curso, buscamos apresentar um relato de experiência sobre esse processo de formação, trazendo em pauta as reflexões realizadas ao longo do curso.

2 SOBRE O (PER) CURSO DE FORMAÇÃO

Todos os módulos de Curso exigiam a participação dos estudantes em Fóruns de debate, realização de Memorial sobre o módulo e realização de atividade de reflexão-ação, ambos como atividades avaliativas. Destarte, ao longo deste trabalho, buscamos apresentar a discussão realizada em cada módulo e os debates realizados ao longo do curso.

a) Módulo introdutório: Pobreza, desigualdades e educação:

No decorrer do módulo introdutório, os pressupostos apresentados nos permitem compreender a pobreza como oriunda da exploração do trabalho humano. No cotidiano da vida em sociedade, a pobreza é um elemento visível e que se expressa de variadas formas, no entanto o discurso dominante mascara as principais causas desse fenômeno, pois não oferece subsídios críticos para uma análise que ultrapasse as camadas superficiais que o constituem.

O autor do módulo introdutório, Miguel Arroyo (2016), faz uma crítica ao pensamento da pedagogia que centraliza aspectos morais e valorativos relacionados a atitudes e hábitos como causa da pobreza responsabilizando os sujeitos por sua condição de pobreza e os julgando incapacitados, inferiores, carentes.

A discussão do módulo voltada para a ruptura com uma visão da pobreza enquanto problema moral, do pobre como incapacitado para o trabalho, e dos programas sociais como algo que desestimulam para o trabalho, possibilita compreender a pobreza na teia das relações sociais e ultrapassar reducionismos que escondem o processo histórico, social e econômico que perpassa essa questão.

No contexto da educação, vemos a necessidade de desconstrução de discursos simplistas que reduzem a questão da pobreza à moral e à falta de esforço pessoal em que a meritocracia é ditada como a regra para sair da condição de pobreza. Precisam-se fomentar reflexões sobre como as determinações sociais condicionam a construção do ser, pois é

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



preciso compreender o sujeito a partir dos determinantes que o constituem. Como analisa o texto introdutório, é preciso compreender a condição social do viver e do sobreviver do estudante pobre que está na escola. Esse é um debate que tem que ir além dos cursos de especialização, precisa chegar às salas de aulas, às famílias, aos gestores, à rede de ensino.

b) Módulo I: pobreza e cidadania:

A discussão desse módulo é realizada por Alessandro Pinzani e Walquiria Leão Rego, que compreendem a cidadania como resultante histórico da constituição de um conjunto de condições políticas, sociais, econômicas e culturais presentes na vida em sociedade. Quando os sujeitos são excluídos do acesso aos direitos como bem-estar, cultura, trabalho e educação, o resultado são desigualdades e injustiça social.

Outro aspecto, conectado intimamente ao que foi dito até aqui, é que a cidadania supõe a existência de um status social e político em que os sujeitos sociais pertencentes a uma determinada nação, seja por nascimento, seja por opção, estarão submetidos ao ordenamento jurídico de um Estado. Antes de tudo, isso quer dizer que os(as) cidadãos(ãs) são iguais no direito à proteção por parte do Estado. Nessa medida, as instituições públicas têm por obrigação a proteção de sua vida e de sua dignidade. A dignidade paritária é, com efeito, um componente irrenunciável de uma democracia. Dessa forma, a cidadania se constitui em um arcabouço de direitos, prerrogativas e deveres que configura um sistema de reciprocidades determinantes da natureza das relações dos indivíduos entre si e deles com o Estado. (PINZANI; REGO, 2016, p. 15).

Essa reciprocidade existente no cumprimento de deveres e o exercício dos direitos serão parâmetros para a concretude do desenvolvimento democrático da sociedade. No entanto o que se observa é ausência dessa reciprocidade, uma vez que, a realidade brasileira apresenta alarmantes níveis de desigualdade no que diz respeito ao usufruto de direitos sociais, políticos, econômicos, culturais. Desigualdade permeada pela forma como o Estado buscar garantir esses direitos e na forma como a sociedade de classes se constitui de forma desigual e excludente.

Para o enfrentamento, não só da pobreza, mas das formas pelas quais a desigualdade social se expressa, o Estado desenvolve formas de intervenção por meio das instituições públicas que visam minimizar os impactos dessa desigualdade social no bojo das relações sociais, como, por exemplo, as políticas de educação, saúde, assistência social, previdência e segurança que conhecemos como direitos sociais garantidos por meios legais.

c) Módulo II: pobreza, direitos humanos, justiça e educação:

O módulo 2 “Pobreza, Direitos Humanos, justiça e educação” trás reflexões sobre a construção dos Direitos Humanos, da desigualdade social e a relação com a educação, essas

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



ponderações provocam reflexões aproximadas ao cotidiano, seja do ambiente de trabalho seja da vivência em sociedade.

É muito peculiar observar os discursos dos sujeitos e o discurso propagado pela mídia que “satanizam” os Direitos Humanos como algo que funciona enquanto mecanismo de defesa para pessoas que praticam algum ato infracional. Comumente nos deparamos com frases que dizem os direitos humanos como direitos de “bandidos”.

Exemplos de violação de Direitos Humanos são diariamente presenciados e muitas vezes naturalizados, como exemplo: fome, falta de moradia, trabalho infantil, discriminação étnico/racial, violência de gênero. São exemplos que cotidianamente se apresentam no meio social e, na maioria das vezes, não são compreendidos na perspectiva de violação dos Direitos da pessoa humana e isso acontece porque falta o debate sobre esse tema no processo de formação dos sujeitos em sociedade em que as instituições formadoras e os meios de propagação de opinião permitem que os sujeitos adquiram uma concepção limitada a respeito do tema.

Para que haja a possibilidade de romper com essa prática de não reconhecimento dos direitos humanos, não é necessário apenas transmitir conhecimentos sobre direitos humanos, mas, como evidencia Mendonça (2016, p. 34):

[...] três dimensões que devem estar presentes na Educação em Direitos Humanos para que esta não perca a sua especificidade e aponte para a criação de uma cultura de direitos humanos na sociedade. A primeira diz respeito à formação de sujeitos de direitos, nas esferas pessoal e coletiva. A segunda é o favorecimento de processos de empoderamento voltado para atores sociais historicamente excluídos de poder na sociedade. A terceira dimensão se refere aos processos de transformação para a construção de sociedades democráticas e humanas.

Uma vez que a Educação assumir esse desafio e propor práticas transformadoras será possível a formação de indivíduos que, não apenas reproduzam discursos já prontos, mas tenham possibilidade de contestar, reivindicar, construir e apoiar lutas coletivas por uma sociedade mais justa e emancipada.

A partir desse direcionamento a atividade de reflexão-ação proposta possibilita aos estudantes da pós-graduação, que também estão inseridos nas políticas sociais como trabalhadores, pensar atividades que reflitam na prática todo esse debate apreendido ao longo do curso. Não apenas no sentido de conhecer a realidade, mas também de intervir frente às situações de violação de direitos.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFPI – Teresina – Piauí



O reconhecimento do papel dos sistemas de Educação Básica e das instituições de Educação Superior como agentes fundamentais na construção de uma cultura de direitos humanos em nosso país foi ressaltado pelo PNDH-3 como um objetivo estratégico a ser alcançado, ao afirmar a necessidade de se estabelecer essa temática para todos os níveis e as modalidades de ensino pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) de Diretrizes Nacionais Curriculares. E o fez ressaltando a relação necessária com a promoção do reconhecimento e do respeito às diversidades de gênero, orientação sexual, geracional, étnico-racial, religiosa, isto é, com a educação igualitária, não discriminatória e democrática. (MENDONÇA, 2016, p. 32).

Mendonça (2016) ressalta que essa luta pela não discriminação e igualdade, quando mal conduzidas, pode provocar desprezo, ao invés da busca pela igualdade, engrandecem os diferentes. Por isso é preciso que os conceitos de Direitos Humanos e diversidade precisem ser diferenciados e conceituados.

Observa-se que há na sociedade resistência em relação aos movimentos organizados na luta pela igualdade e pela defesa de direitos. Por isso a necessidade de construção de consciência de classe em que os sujeitos coletivos se organizem em defesa da dignidade da pessoa humana. É necessário que cada movimento organizado em busca de seus direitos, embora com reivindicações diferenciadas, caminhem em conjunto, ao traduzirem lutas direcionadas para uma sociedade democrática e, quiçá, libertária.

d) Módulo III: escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza:

A partir do material de estudo do módulo III podemos fazer algumas reflexões que são pertinentes para pensar a escola como espaços de resistência ou reprodução da pobreza. De acordo Leite (2016), há uma tendência na sociedade de olhar a pobreza como questão moral, a partir de uma visão assistencialista, em que a criança pobre precisa ser educada moralmente e as famílias pobres são “desestruturadas” e não têm educação.

O autoritarismo e o viés punitivo em relação aos jovens e adolescentes pobres mostram o viés repressivo, em que a juventude pobre é vista como os baderneiros, violentos ou criminosos. Essas condições mostram as desigualdades sociais que a juventude pobre vivencia no Brasil. Condição que interfere na sua forma de ser enquanto sujeito, reflete na educação, família, cultura, convivência com a comunidade.

Pode-se destacar que o acesso à educação no Brasil se dá em condições bastante desiguais. Isso acontece porque a cultura escolar é a cultura dos grupos dominantes, que passa a ser transformada pela escola na cultura de todos os cidadãos de um país e resulta na exclusão dos cidadãos que não se encaixam no perfil: negros, indígenas, pobres.

Entretanto, a escola pode ser espaço de transformação social, comprometido a construir um mundo menos desigual, mais justo e democrático e, por isso mesmo, mais

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



diverso. A escola precisa ser um espaço que valoriza os sujeitos, acolha a diversidade e lute pela emancipação dos sujeitos coletivos. É importante considerar o contexto em que vivem e quais suas experiências e não apenas trazer um conteúdo pronto a ser ensinado de forma impositiva. Assim é desvalorizada a cultura desses sujeitos que embora vivenciem realidades diferentes e trazem perspectivas de vida diferenciadas são submetidos ao mesmo processo de ensino como um adestramento intelectual e moral que não condiz com a realidade em que estão inseridos.

As experiências cotidianas mostram um modelo escolar com conteúdos prontos, de modo que as aulas e os materiais utilizados sejam repetidos todos os anos e para todos os estudantes sem considerar as mudanças de cunho social, econômico, cultural que eles vivenciam e que acontecem à medida que a sociedade se reproduz.

Não são raros os casos em que os estudantes apresentam uma real dificuldade em apreender o conteúdo ensinado em sala de aula pelos métodos tradicionais de ensino. Há que se considerar que numa sala de aula, composta de diferentes indivíduos, cada um expressa uma potencialidade diferenciada, vivencia uma realidade diferente, possui prioridades, interesses e trazem concepções diferentes sobre a educação e a educação vai trazer impactos diferenciados na vida de cada um. Por isso a importância da escola trabalhar a diversidade, para que não haja cenários de exclusão.

Temos um modelo de educação padronizado nos moldes da burguesia e temos a maioria dos estudantes de escola pública oriundos da classe trabalhadora. Se por um lado alimenta-se o sonho de que a educação é uma ponte para a vida futura, e somente com ela o sujeito pode almejar melhores condições de vida, por outro lado, são práticas educativas que se distanciam da realidade e das possibilidades de reprodução da vida material de muitos dos estudantes.

É inegável que a educação assume grande importância no sentido do aprendizado para o trabalho, é o primeiro passo para uma graduação ou alguma especialização e assim tem esse caráter de transformar a vida dos indivíduos. Mas é necessário chamar atenção para alguns pontos:

- A educação não deveria está centralizada em uma formação para o trabalho. A educação deve está relacionada a outras dimensões da vida social e comunitária, para que os estudantes, a família e a sociedade vejam a escola não apenas como mera reprodutora da força de trabalho, mas também como um espaço pedagógico que forma cidadãos, sujeitos autônomos, questionadores que ao olhar para a sociedade consigam compreender o contexto

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFPI – Teresina – Piauí



no qual estão inseridos.

- A escola não deveria funcionar como um sistema de padronização intelectual e moral que muitas vezes impede o desenvolvimento de potencialidade dos estudantes. É paradoxal quando em uma mesma sala de aula temos aqueles que estudam e os que estudam e trabalham; mães, deficientes, estudantes em contextos de pauperização, aqueles cujos pais possuem melhores condições econômicas. Todos em um mesmo espaço, submetidos ao mesmo processo de ensino, considerados sujeitos iguais.

- O modelo de educação que temos hoje é milenar. Diante de tantas transformações sociais – mudaram as relações de trabalho, mudanças na política, mudam-se as práticas culturais, transformações no âmbito das políticas sociais, aumento dos índices de desigualdade social – e a educação continua a mesma. Uma sala de aula, uma lousa, um professor e muitos estudantes sentados de frente para o professor. Uma escola que reproduz discursos que já vêm prontos. Livros didáticos iguais para todas as escolas públicas de todo o país. Mesmo diante de tantas transformações sociais, a escola continua a mesma?

Para que a escola seja um espaço de resistência à pobreza, é necessário que os conteúdos nos livros didáticos deixem de ser elaborados pela classe dominante. Conteúdos que ocultam a história, que colocam os vilões como heróis, para os quais é mais importante decorar a tabuada do que fazer uma roda de conversa sobre política. São necessárias práticas educativas que valorizem os estudantes em suas diferenças e trabalhe a potencialidade de cada um. Práticas que sejam inclusivas e não excludentes, que ultrapassem os muros da escola e alcancem a realidade do estudante. Isso não depende só do professor ou da equipe gestora de uma escola, embora estes tenham possibilidade de fazer um trabalho nessa direção, mas depende de mudanças na política de educação como um todo.

e) Módulo IV: pobreza e currículo: uma complexa articulação:

Nesse módulo, Arroyo (2016) destaca a complexidade de articular currículo e pobreza: “[...] as vivências e sofrimentos da pobreza, bem como os processos históricos de sua produção são complexos, e tentar tratar nos currículos essas vivências e essa história é uma tarefa extremamente desafiante [...]”. É bem provável que o estudante comece a estudar e termine os estudos na escola sem nunca ter ouvido falar em pobreza ou estudado sobre.

A forma como a escola aborda a questão da pobreza é reflexo da formação dos instrumentos legais e dos currículos que orientam a prática do ensino nas escolas. A pobreza precisa está presente nos documentos legais e também na formação dos professores e assim poderá ser abordada nos currículos das escolas. Trata-se de um esforço coletivo, que passa

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



pelo planejamento, gestão e execução.

Penso que atualmente a pobreza presente nas escolas é tratada mais de um ponto de vista moral, culpabilizador ou criminalizador que por meio de uma compreensão sobre a pobreza como uma expressão da desigualdade social, que historicamente permeia as relações sociais. Para mudança dessas concepções sobre a pobreza na área de educação, o autor, propõe algumas propostas: romper com a concepção moralizante da pobreza e romper com a concepção hegemônica do conhecimento, para superar uma visão segregadora dos coletivos pobres.

Outra crítica feita pelo autor, é a escola ser pensada como um espaço que permite a profissionalização e ascensão social do indivíduo, tendo como foco o esforço individual, a superação e o empreendedorismo. Nas palavras do autor:

[...] esses currículos não dialogam com os(as) pobres ou com a pobreza, nem para entendê-la nem para que os(as) pobres compreendam sua própria condição. Os currículos têm ignorado a pobreza e os(as) pobres como coletivos, e isso resulta exatamente no oposto do que se promete, pois contribui para manter os indivíduos atolados em formas de viver distantes (ARROYO, 2016, p. 12).

Tendo em vista que a educação transmite saberes hegemônicos de uma determinada classe, em que o estudante pode, muitas vezes, não conseguir articular os saberes adquiridos na escola com o que ele vivencia na realidade, os processos de avaliação são segregadores e excludentes, bem como é excludente a formação voltada para a profissionalização e para a oportunidade de “vencer na vida”, a qual é atribuída à escolarização.

As reflexões postas pelo autor são elementares para compreendermos essa articulação entre currículo e pobreza e nos leva a pensar que só é uma articulação possível se houver mudanças na forma como se pensa a educação formal, mudanças desde as Leis e diretrizes até os projetos de ensino e planejamento das disciplinas em cada escola. Essa mudança também perpassa a formação dos gestores e educadores.

De modo geral, o que foi estudado, nos quatro módulos do curso, foi significativo para construirmos reflexões sobre pobreza e desigualdade social e a relação com a educação, cidadania e direitos humanos.

Em meio a desafios e possibilidades, penso que a prática dos educadores, professores e demais sujeitos participantes do contexto escolar podem vislumbrar práticas que superem o cotidiano excludente e moralizador quando o assunto é a pobreza, e que caminhem na direção da valorização das diferenças, defesa dos direitos humanos, busca por um espaço mais

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFPI – Teresina – Piauí



democrático que tenham como norte a formação de sujeitos que entendam a sua condição e busquem por uma sociedade mais justa.

CONCLUSÃO

Tendo como ponto de partida os objetivos citados introdutoriamente, o curso de especialização, pôde imprimir os objetivos nas atividades e nos debates realizados ao longo do curso. Tanto no sentido de desconstruir conceitos e perspectivas moralistas ou segregadoras a respeito da pobreza e dos sujeitos que vivem esse contexto, como para a construção de reflexões sobre as experiências sociais de pobreza e desigualdade social.

Fica, ao fim desse processo de formação, o desafio de transmitir os conhecimentos adquiridos para a prática, no cotidiano da atuação profissional na área de educação ou em outras áreas da política social.

REFERÊNCIAS

UFT. **Especialização EaD em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) - Câmpus de Miracema.** Disponível em: <http://ww2.uft.edu.br/index.php/ensino/pos-graduacao/especializacao/15531-especializacao-ead-em-educacao-pobreza-e-desigualdade-social-epds-campus-de-miracema>. Acesso em: 01/02/2018.

ARROYO, Miguel. **Pobreza, desigualdades e educação.** Módulo introdutório. Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 2016.

PINZANI, Alessandro. REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e cidadania.** Módulo I. Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 2016.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação.** Módulo II. Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 2016.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola:** espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. Módulo III. Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 2016.

ARROYO, Miguel. **Pobreza e Currículo:** uma complexa articulação. Módulo IV. . Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 2016.